



Outlook

Re: RELATÓRIO A PARTIR DO INFORMES DA REDE MARÉ E DA OUVIDORIA DA DPGERJ

De Marcos Paulo Dutra Santos <marcos.santos@defensoria.rj.def.br>**Data** Ter, 28/10/2025 15:50**Para** Gabinete Conselheiro Antônio Edílio <gabineteantonioedilio@cnmp.mp.br>

2 anexos (395 KB)

RELATÓRIO DEFENSORIA PÚBLICA COMITÊ DE MONITORAMENTO DA ADPF 635 (PARTE 2)-assinado.pdf; 2025.10.28 - Operação Alemão e Penha (1).pdf;

PREZADO CONSELHEIRO EDILIO,

Boa tarde.

Segue o relatório da OUVIDORIA da DPGERJ sobre os tristes acontecimentos nos Complexos da Penha e do Alemão.

Cordialmente,

MARCOS PAULO DUTRA SANTOS

DEFENSOR PÚBLICO

COORDENADOR DO NUDEDH

Em seg., 20 de out. de 2025 às 13:48, Marcos Paulo Dutra Santos

<marcos.santos@defensoria.rj.def.br> escreveu:

PREZADO CONSELHEIRO EDILIO,

Boa tarde.

Segue o relatório, sem prejuízo de eventual complementação caso outros sejam encaminhados.

Cordialmente,

--

MARCOS PAULO DUTRA SANTOS

Defensor(a) Público(a)

E-mail: marcos.santos@defensoria.rj.def.br



--

MARCOS PAULO DUTRA SANTOS

Defensor(a) Público(a)

E-mail: marcos.santos@defensoria.rj.def.br





**EXMO. SR. CONSELHEIRO DO CNMP DR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES
TEIXEIRA, COORDENADOR DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DA ADPF nº
635**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio deste signatário, integrante do Comitê de Monitoramento da ADPF nº 635, vem apresentar o relatório anexo, relativo às OPERAÇÕES REALIZADAS NESTA DATA nos Complexos do Alemão e da Penha, produzido pelo OUVIDORIA DA DPGERJ, **sob a ótica dos moradores**, noticiando **expressiva violação de direitos**, a fim de instruir a reunião aprazada para o próximo dia 6 de novembro, bem como eventual nota pública que V. Exa venha a expedir – de toda sorte, o volume de mortos, entre policiais e civis, distancia-se das diretrizes fixadas no acórdão *per curiam* na ADPF nº 635, sinalizando o longo caminho ainda a percorrer.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2025

MARCOS PAULO DUTRA

Coordenador do NU

Defensor Público/RJ

Matrícula 836.345-9



Operação Alemão e Penha

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2025

Sumário

TÍTULO DA ATIVIDADE	1
Sumário	2
Presentes	3
Informações Preliminares	3
Resumo da Oitiva	3
Encaminhamentos	3

Presentes

- Fabiana da Silva - Ouvidora
- Morador X 01¹
- Morador X 02
- Morador X 03
- Morador X 04
- Morador X 05
- Morador X 06

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Complexo da Penha e Complexo do Alemão

Pasta com fotos da visita

[Fotos e vídeos²](#)

Resumo da Oitiva

No dia 27 de Outubro a Ouvidoria foi acionada por moradores por conta de rumores de uma operação nos territórios da Penha e Alemão. Como eles receberam o comunicado das escolas locais para não enviarem as crianças, já imaginavam que

¹ Por questão de segurança não iremos identificar os moradores com nomes, pois esse relatório vai ser encaminhado para diferentes espaços de atuação e foi uma escolha a proteção e cuidado com quem acionar a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e confiam que os seus dados vão ser protegidos.

² Por questão de segurança, as imagens e os vídeos vão ser disponibilizados somente para o Nudeth.

haveria operação. Na manhã do dia 28 de Outubro às 06:10 a Ouvidoria foi acionada com pedidos de apoio por conta da operação que iniciou de forma simultânea nos dois complexos.

Segundo relatos recebidos por parte dos moradores está ocorrendo muitas violações de direitos, busca indevida nas residências sem mandatos, moradores impedidos de descer para trabalhar, pessoas passando mal e tendo socorro negado. Para além das violações que citei no parágrafo acima, também recebemos denúncias de que uma mulher grávida foi agredida por agentes ao questionar o motivo dela ter que mostrar o seu telefone sem que houvesse um mandato. A resposta recebida por ela foi: " eu sou a lei, eu sou o juiz, mandato é o caralho "

Moradores do Alemão alegam que nas entradas das ruas, os policiais teriam se organizado, de forma a ficar escondidos atrás das paredes da esquina, e atirado diversas vezes para dentro das ruas da comunidade em locais que não têm nada além de casas residenciais.

Além desses relatos, moradores com quem a Ouvidoria falou destacaram que não havia qualquer atividade no local que, além de ser uma rua sem saída, também não é território de atividade comum de varejistas.

Os moradores narram que ficaram com medo por conta de um episódio anterior do mesmo tipo de ação, que acarretou na morte de um morador alvejado, mas que hoje os tiros foram disparados de forma indiscriminada na direção das casas. Disparos feitos por agentes de segurança sem que nessa localidade específica (Matinha/Complexo da Penha) houvesse trocas de tiros. Somente casas em uma rua sem saída.

Moradores sinalizam que muitos tiros vindos do alto por meio de helicópteros e que algumas casas foram colocadas fogo para fazer com que supostos traficantes

saíssem, mas são casas de moradores e alguns relatos como em um dos vídeos que subimos mostra moradores desesperados pedindo ajuda, pois eles não conseguem sair de casa por conta dos tiros e ficaram presos por conta do fogo colocados segundo eles por agentes de segurança.

Outros relatos são de moradores sendo agredidos dentro de casa e recebemos o vídeo de uma senhora que enfartou dentro de casa e teve recusa de atendimento por parte dos agentes de segurança o que segundo relatos dos familiares agravou o quadro. Somente obtiveram socorro depois que fizemos uma força tarefa entre instituições do poder público para pressionar via plantão que o socorro fosse prestado.

Segundo relatos oficiais o uso de casas para prática de tróia se multiplicaram nos dois territórios aqui citados.

- “Pelo amor de Deus, estou dentro da casa da minha sobrinha. Eles estão querendo entrar aqui dentro. Estão querendo dar tiro dentro da casa da minha sobrinha. Nossa, eu não sei, eu já fiquei nervosa, eu tomo água com açúcar. Eu não sei o que eu faço.”
- “Oi gente, bom dia. Olha só a covardia que eles estão fazendo. Destruíram a casa da mulher toda. O outro vídeo então, que a minha neta me mostrou aqui, nossa senhora, criança, eles querendo entrar a força, xingando, destruindo a casa, só porque a mulher não deixou eles entrarem e ficar escondidos na casa dela. Olha a covardia, botaram fogo na casa da mulher.”

Recebemos relatos de moradores do Complexo da Penha nas áreas conhecidas como Matinha e Cem de uso de bombas e granadas. Segundo os moradores as casas estremecem após o uso dos projéteis. Foi informado do uso de drones para lançamento de explosivos nas casas.

- “Tá um caos bonito, tão soltando bomba direto. Minha casa tá tremendo toda hora e olha como eu moro aqui na oito, hein? E eles tão soltando bomba mais pra baixo, hein?”
- Uma das bombas foi solta em cima de uma casa cujas crianças estão com a avó que é cadeirante. Eu só escuto os gritos aqui de casa, mas não consigo socorrer.”
- “Eu moro na 14, eu também escutei o barulho e a casa também deu uma balanceada, uma balançada”.
- “Eu moro aqui há 36 anos e posso te dizer que houve um aumento da violência no bairro, mas hoje parece que estou em um filme de guerra tipo rambo. Os policiais estão com ódio. Entram nos espaços já batendo nas pessoas e nem criança se salva dessa raiva toda deles. Esses caras parecem não ter alma.”

“Diferente do que vimos recentemente na operação que descobriu uma fábrica clandestina capaz de produzir 3.500 fuzis por ano para facções criminosas com R\$ 158 mil em espécie apreendidos em um apartamento de luxo na Barra da Tijuca ou como na operação realizada na Faria Lima, onde o crime organizado opera protegido pelo silêncio e pelo privilégio...

Na favela, a violência nunca é contra “criminosos”. É contra toda a comunidade.

Mais uma vez, temos moradores baleados, famílias trancadas dentro de casa, centenas de pessoas impedidas de trabalhar ou estudar, crianças sem aula, postos de saúde e escolas fechados.

É o cotidiano do terror oficializado.

A favela não fabrica fuzis.

A favela não exporta drogas.

A favela não tem offshores, não tem fábrica de armas, não tem blindagem jurídica.

O que ela tem é a bala e o helicóptero na porta, enquanto os verdadeiros financiadores e operadores do crime seguem vivendo frente ao mar, na cobertura, ou em escritórios de vidro nos bairros mais caros do país.

Quando dizem que a ADPF 635 “prejudicou a segurança pública” nesses últimos cinco anos, o que estão, na prática, questionando é o direito mínimo à vida da população negra e favelada.

Porque, para determinados setores, “segurança” só existe quando pode matar sem ser cobrado.

#atéquando?”³

Até o horário das 14:39 recebemos o relatos oficiais de:

- 81 pessoas presas.
- 64 pessoas mortas, entre eles cinco policiais + um quantitativo de desaparecimentos forçados que ainda estão sendo contabilizados.
- 6 policiais baleados e cinco mortos
- 2ª maior operação do Estado do Rio de Janeiro

Mais notícias nos canais

[Notícia 01](#)

[Notícia 02](#)

³ Texto de uma parceria da Ouvidoria que reside no Complexo da Penha.

[Notícia 03](#)

[Notícia 04](#)

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é acionada quando ocorre uma operação no Estado do Rio de Janeiro por conta de ser o canal de diálogo entre os territórios e a Defensoria Pública e até para ser a ponte entre os territórios e o Ministério Público.

A Ouvidora Fabiana ao receber as primeiras chamadas informou que o canal para recebimento das violações no que tange os agentes de segurança do Estado é o Ministério Público e fornece o contato direto com o plantão pelo número (21) 2215-7003 e pede para que as lideranças envie no seu privado funcional fotos e imagem, pois também auxiliar fazendo o contato com o plantão do Ministério Público.

Paralelamente, a Ouvidora Fabiana da Silva, produz relatórios das oitivas realizadas e encaminha para a coordenação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública sob à coordenação do Defensor Público Marcos Paulo Dutra. Relatórios que são construídos por meio da Oitiva com moradores e parceiros da sociedade civil que também são acionados quando há denúncias de violações de direitos.

A questão da segurança pública no Rio de Janeiro é um problema grave que afeta diversas regiões, com maior intensidade nas áreas periféricas e favelas. Ilustrando um fenômeno estruturante e enraizado, que se manifesta quando comunidades historicamente marginalizadas, especialmente as de maioria negra e

favelada, são desproporcionalmente impactadas pela violência. No contexto do Rio de Janeiro, esse fenômeno se torna visível nas áreas periféricas da cidade, onde a resposta do Estado é sempre com mais violência. Um problema crônico e agravado pela falta de políticas públicas efetivas e pela negligência histórica.

Assim, é imprescindível que a atuação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública se articule com a construção de políticas públicas mais amplas e dialogue com diferentes atores a fim de promover uma escuta ativa, que busquem combater as desigualdades estruturais, garantindo que todas as camadas da população, tenham o acesso universal e justo a serviços essenciais, como a segurança pública. Este compromisso com a justiça social e a equidade deve ser uma prioridade para todas as instituições públicas, em um esforço coletivo para erradicar as desigualdades e promover a verdadeira inclusão social.

Encaminhamento:

- Relatório feito e encaminhado para o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria.
- Solicitação de um carro para ficar disponível para a Ouvidoria ir aos territórios fazer a oitiva em loco.
- O Relatório vai seguir sendo atualizado com novas informações que forem chegando.
- As organizações estão se organizando para uma oitiva nos territórios.
- Envio das imagens e vídeos para o plantão do Ministério Público

Fabiana Da Silva

Ouvidoria Externa da Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro